

Estatutos

Disposições Gerais

Artigo 1º

Denominação, âmbito e fim

A Associação Portuguesa de Ortodontia - Técnica do Arco Segmentado, também designada abreviadamente por APOTAS., é uma associação científica sem fins lucrativos, de âmbito nacional e duração indeterminada, que tem por objectivo promover e apoiar actividades ligadas ao estudo, investigação e desenvolvimento da Ortopedia Dento-Facial e Ortodontia.

Artigo 2º

A sede da APOTAS situa-se na Rua Dr. Manuel de Arriga, nº1, 1 Frente, Algés, 1495-088.

Artigo 3º

Atribuições decorrentes do fim

Para a consecução do objectivo fundamental referido no artigo 1º, são atribuições principais da associação:

- a) Fomentar o progresso da Técnica do Arco Segmentado e defender a dignidade e prestígio da especialidade de Ortodontia e Ortopedia Dento-Facial;
- b) Incentivar o intercâmbio científico com outras associações, nacionais ou estrangeiras;
- c) Difundir a actualização de conhecimentos no domínio da Técnica do Arco Segmentado e na Ortodontia;
- d) Apoiar o aperfeiçoamento e progressão profissional dos seus membros, no âmbito da formação pré e pós-graduada;
- e) Organizar ou colaborar na realização de congressos, seminários, conferências, reuniões científicas de formação contínua, cursos livres e outras actividades similares;
- f) Promover a realização de acções de formação e de actualização Científica ou técnica, abertas a membros ou a não membros da Associação;
- g) Fomentar a divulgação dos benefícios da Técnica do Arco Segmentado na Ortodontia, a nível profissional e público;
- h) Promover a publicação de revistas ou Atas da Associação, com carácter periódico;
- i) Zelar pelo cumprimento nas normas de ética profissional dos seus membros.

Artigo 4º

A APOTAS é livre para aderir ou estabelecer acordos, parcerias ou protocolos com entidades terceiras, nacionais ou internacionais, podendo integrar essas mesmas entidades como forma de prosseguir os seus fins.

Artigo 5º

A APOTAS no desenvolvimento dos presentes estatutos poderá aprovar um Regulamento interno, que não poderá em caso algum alterar as disposições contidas nos presentes Estatutos.

Artigo 6º

Princípios de admissão e categoria de sócios

1. Podem ser membros da Associação todos os licenciados nacionais ou estrangeiros que se dediquem ao estudo da Ortodontia e da Técnica do Arco Segmentado, e se comprometam a cumprir os respectivos Estatutos, bem como a respeitar as normas de ética profissional.
2. Os sócios são agrupados segundo as seguintes categorias: fundadores, efectivos e honorários.

Artigo 7º

Sócios fundadores

São sócios fundadores, com todos os direitos e deveres dos sócios titulares, todos aqueles que tenham estado presentes na reunião de discussão e votação dos Estatutos e tenham outorgado na escritura de constituição da Sociedade.

Artigo 8º

Requisitos de admissão de associados efectivos

1. Podem ser associados efectivos da APOTAS, as pessoas que tenham requerido a sua inscrição, dirigida a direcção da APOTAS, por escrito e devidamente assinada pelo requerente, acompanhada da seguinte documentação:
 - a. Comprovativo de autorização legal para exercer a Medicina Dentária em Portugal;
 - b. Identificação completa

- c. Autorização para débito bancário das cotas, e respectivo NIB
2. A Direcção da APOTAS comprovará a documentação recebida e em conformidade decidirá sobre a inscrição como associado, ou não, do requerente que será informado da decisão tomada por via de notificação da APOTAS.

Artigo 9º

Sócio honorário

1. A APOTAS, por deliberação da Direcção, poderá conceder o estatuto de “associado honorário” àquelas pessoas que tenham contribuído, de maneira relevante e singular, para o desenvolvimento da Medicina Dentária com os seus trabalhos ou investigações científicas.
2. O estatuto de “associado honorário” assim obtido, é meramente honorífico e, portanto, não outorga necessariamente a qualidade jurídica de associado efectivo da APOTAS, nem o direito de participar nos órgãos de direcção da mesma salvo quando a pessoa em questão seja associado efectivo de pleno direito da APOTAS.

Artigo 10º

Exclusão

1. Os associados da APOTAS podem solicitar a sua exclusão da associação de maneira voluntária sem por isso, ficarem eximidos de satisfazer as obrigações que tenham pendentes com a entidade.
2. A Direcção da APOTAS poderá excluir da associação aqueles associados que cometam infracção grave aos princípios deontológicos ou que cause graves danos à imagem da Associação, mediante voto favorável de três quartos dos sócios titulares presentes.
3. Serão excluídos os associados que permaneçam no não pagamento das quotas (três cotas) ou outras obrigações pecuniárias.

Artigo 11º

Direitos dos associados

Constituem direitos dos sócios:

- a. Assistir, frequentar e participar em todas as manifestações científicas patrocinadas pela Associação, desde que satisfaçam as condições gerais e particulares de acesso.

- b. Receber informação escrita e audiovisual da actividade da Associação, com carácter periódico.
- c. Ter acesso às publicações existentes na sua biblioteca.
- d. Solicitar apoio da Direcção e da Associação em questões jurídico-profissionais;
- e. Recorrer para a Assembleia-geral das sanções que lhe forem aplicadas pela Direcção;
- f. Solicitar a Direcção apoio científico.

Artigo 12º

Deveres dos associados

Constituem deveres dos associados:

- a. Contribuir para o desenvolvimento da Associação, prestando efectiva colaboração nas iniciativas decorrentes dos seus Estatutos;
- b. Observar as disposições estatutárias e cumprir as determinações dos órgãos competentes
- c. Exercer gratuitamente, com assiduidade e dedicação, os cargos para que foram eleitos, de que só poderá haver escusa em caso de justo impedimento;
- d. Pagar as quotas e satisfazer outros encargos que tenham a ser aprovados pelos órgãos competentes;
- e. Defender o prestígio e o bom nome da Associação.

Artigo 13º

Assembleia Geral

A Assembleia Geral é o órgão máximo da APOTAS que delega na Direcção a administração e a gestão da associação.

- 1- A Assembleia Geral é constituída por todos os associados da APOTAS. Nos termos do presente estatuto.
- 2- As Assembleias Gerais podem ser Ordinárias ou Extraordinárias.
- 3- As Ordinárias se celebram obrigatoriamente pelo menos uma vez por ano, para decidir sobre:
 - a) Relatórios, leitura e aprovação das contas do exercício anterior;
 - b) Orçamento apresentado pela Direcção;
- 4- Cronograma de encontros científicos, sugestões de temas a serem abordados, determinação de tempo para As Extraordinárias celebram-se sempre que assim o decida a Direcção da APOTAS ou quando 75% dos associados com direito a voto o solicite, por escrito, com a indicação dos assuntos a incluir na ordem do dia.

- 5- As Extraordinária versarão sobre os seguintes assuntos:
- a) Dissolução, transformação ou fusão da associação;
 - b) Discussão de casos clínicos de consultórios com a documentação ortodôntica;
 - c) Oferecer apoio científico.

Artigo 14º

- 1- As Assembleias são obrigatoriamente convocadas pelo Secretário da Mesa da Assembleia.
- 2- A convocatória far-se-á por escrito, dirigida a todos os associados com a antecedência mínima de 15 dias sobre a data da sua realização, com a indicação do lugar e da data da reunião, constando ainda a ordem do dia determinada previamente.

Artigo 15º

- 1- Para que a Assembleia Geral Ordinária possa realizar-se, na sua primeira convocatória, será necessária a presença de, pelo menos, 50% dos associados com direito a voto.

Artigo 16º

- 1- O presidente da associação preside as assembleias dirigindo os trabalhos.
- 2- De entre os associados presentes elerge-se-ão dois secretários.
- 3- O secretário redige e lê a carta da assembleia para aprovação mediante votação na assembleia seguinte.
- 4- A Assembleia Geral delibera maioria simples dos associados com direito a voto presentes salvo nos casos em que os presentes Estatutos disponham de outro modo.

Artigo 17º

A Direcção

- 1- A Direcção da APOTAS é o órgão que representa, gere e administra a associação.
- 2- É composta pelo Presidente, Vice-presidente, Secretário e Tesoureiro.
- 3- O mandato dos titulares da Direcção será exercido por um período de 3 anos renovável.

- 4- É de competência da Direcção programar as actividades científicas, dirigir as actividades sociais, conduzir a gestão administrativa e económica, e submeter à aprovação da Assembleia Geral o orçamento anual assim como o relatório de contas do ano anterior.
- 5- A Direcção reunirá, obrigatoriamente, pelo menos trimestralmente e sempre que o considere oportuno o presidente ou três membros da mesma.
- 6- Preside à reunião o presidente e, na sua ausência, o vice-presidente.
- 7- O secretário lavra a ata da sessão no livro correspondente.
- 8- A Direcção delibera por maioria simples de voto dos presentes, sendo necessária a presença de, pelo menos 75% dos membros.
- 9- O Tesoureiro dirigirá a contabilidade da APOTAS participando em todas as operações de ordem económica.

Artigo 18º

Presidente

Compete ao Presidente da Direcção:

- a) Representar a Associação em juízo ou fora do dele ou delegar a representação num dos outros membros da Direcção;
- b) Convocar e dirigir as reuniões da Direcção;
- c) Definir as linhas gerais de orientação a seguir pela APOTAS e submetê-las à apreciação da Direcção.

Artigo 19º

Vice-presidente

Compete ao Vice-presidente da Direcção:

- a) O Vice-presidente da Direcção substitui o presidente nos seus impedimentos, assumindo as competências que a este estão atribuídas;
- b) Assumir a responsabilidade de Direcção da Comissão Científica enquanto necessário. A esta função competem os seguintes pontos:
 - b.1) Examinar e dar parecer sobre os processos de candidaturas apresentadas pelos membros da Associação;
 - b.2) colaborar com o presidente na reunião científica anual na organização e coordenação do respectivo programa;
 - b.3) dar parecer sobre todas as comunicações, mesas redondas e conferências que irão ser apresentadas na reunião científica anual, quaisquer eventos patrocinados pela Associação, sempre que tal lhe seja solicitado.

Artigo 20º

Secretário-geral

Compete ao Secretário-geral da Direcção:

- a) Colaborar com o Presidente na definição das linhas gerais de Orientação a seguir pela associação;
- b) Dirigir os serviços de secretaria da Associação;
- c) Organizar as sessões da Direcção;
- d) Dar andamento ao expediente que não careça de aprovação da Direcção;
- e) Elaborar as atas das sessões da Direcção, propô-las para aprovação e fazê-las transcrever em livro próprio;
- f) Manter actualizado o ficheiro de associados, referenciando os que estão em pleno uso dos seus direitos.

Artigo 21º

Tesoureiro

Compete ao tesoureiro:

- a) Dar parecer sobre o relatório de actividades e contas elaborado pela Direcção, para apreciação em Assembleia Geral;
- b) Examinar a gestão financeira da Direcção;
- c) Dar parecer sobre a legalidade ou regularidade de quaisquer aptos dos órgãos sociais por sua iniciativa ou quando solicitadas.

Artigo 22º

Receitas

- a) Jóias e quotas pagas;
- b) Subsídios ou doações;
- c) Comparticipações específicas correspondentes à colaboração prestada a entidades públicas ou privadas;
- d) Contribuições, regulares ou não, de qualquer empresa ou organização;

- e) Quaisquer outras receitas que advenham de actividades não contrárias aos fins da Associação.

Artigo 23º

Despesas

- a) Pagamentos relativos a pessoal, material e outros encargos necessários à sua instalação e funcionamento e à execução das atribuições estatutárias;
- b) Pagamentos de serviços prestados à Associação, no quadro da prossecução dos seus objectivos.

Se as despesas excederem as receitas, o Presidente convocará de imediato a Assembleia Geral, a fim de deliberar sobre as formas de saldar o défice.

Artigo 24º

Jóias e Quotas

- 1- O valor das jóias e quotas é fixado anualmente pela Assembleia Geral, sob proposta da Direcção
- 2- Sócios honorários estão dispensados do pagamento de quotas.

Artigo 25º

Alteração de Estatutos

- 1- Os Estatutos da Associação só podem ser alterados por deliberação da Assembleia Geral extraordinária para esse efeito convocada, devendo o projecto de alteração ser enviado a todos os membros com a antecedência mínima de 15 dias.
- 2- As propostas de alteração podem ser da iniciativa da Direcção ou de um terço, pelo menos, de associados efectivos.
- 3- As alterações propostas deverão ser aprovadas por três quartos do número de associados fundadores.

Artigo 26º

Dissolução

- 1- A Associação poderá dissolver-se por deliberação da Assembleia Geral convocada para o efeito, mediante proposta da Direcção ou de um mínimo de um terço dos associados efectivos.
- 2- A proposta de dissolução deverá ser aprovada por três quartos do número total de associados efectivos
- 3- Após a deliberação de dissolução, os órgãos da Associação manterão os seus poderes exclusivamente para efeitos liquidatórios.
- 4- O património da Associação terá o destino que for determinado pela Assembleia Geral que deliberar a dissolução.